

SOBRE AS LOJAS (MAÇÔNICAS) DE ESTUDOS E PESQUISAS - IV

Ivan A. Pinheiro¹

Em se tratando de uma série, idealmente, para a melhor apreensão do sentido geral, este texto deve ser lido na sequência dos que o antecederam; todavia, dada a natureza mais específica do seu conteúdo, não haverá maior prejuízo em proceder à leitura isolada deste número. Partindo do princípio de que no Brasil as Lojas de Estudos e Pesquisas Maçônicas (LEP) foram inspiradas e são “seguidoras” da Loja-Mãe, a *Quatuor Coronati* londrina, então a construção do conhecimento promovida no âmbito daquelas deve ser orientada a partir do método científico, o que inclui o lastro em evidências, inclusive bibliográficas – este foi, em síntese, o tema do primeiro número (Pinheiro, 2025). Na sequência, mediante a decomposição dos termos (Loja, Estudo e Pesquisa), o autor (2025a, b) chamou a atenção para os 2 (dois) últimos, cujo entendimento, trazido das Lojas Simbólicas (implícito nas chamadas Peças de Arquitetura, mas também em outras atividades) é insuficiente no âmbito das atividades realizadas no contexto de uma LEP; ademais, salientou que o Estudo e a Pesquisa são discriminados por conveniência didática pois, em última análise, correspondem a momentos simultâneos do mesmo fenômeno: quem Estuda, ato contínuo está pesquisando, quem Pesquisa, ato contínuo está estudando ou, dito em outros termos, são os 2 (dois) lados da mesma moeda.

Superadas essas preliminares, neste texto se dá início às considerações sobre um dos aspectos mais salientes, em razão do seu aspecto visual², e que em alguma medida confere a própria cientificidade à produção intelectual: as citações e as referências bibliográficas. Para muitos, ambas são meras questões normativas, de somenos importância, coisas de burocratas e acadêmicos instituídas tão somente para atrapalhar e deixá-los encastelados com os saberes (e poderes); de tal sorte que, de alguns, até se ouve que escrevem e depois pedem (pagam!) para alguém adequar às Normas Técnicas que regem a matéria. Seja por um ou por outro argumento, o que essas manifestações revelam é, senão o autoengano (consciente ou não), o completo desconhecimento do significado e da razão de ser desses procedimentos normativos. É o que, na sequência, se procurará esclarecer.

Da Antiguidade ao Renascimento, grosso modo, não havia preocupação em citar, e tampouco seguir algum critério, as fontes (autores e obras) utilizadas na elaboração dos trabalhos, sejam as anotações para as aulas ou para a redação de “livros” em geral; o que se observa é eventualmente uma menção (a autor-obra) aqui, outra acolá, nada como regra e tampouco conforme algum critério. A propósito, apropriar-se das ideias de terceiros, “sem citar a fonte”, era habitual. E isso não era visto com maus olhos, pois era parte integrante da cultura da época, cuja transmissão dos conhecimentos, basicamente, se dava pela tradição oral – nas “escolas”³, em praça pública, nos simpósios, etc. – como

¹ MM, Pesquisador Independente, e-mail: ivan.pinheiro@ufrgs.br. Porto Alegre-RS, 17.05.25. O autor não só agradece a leitura e as considerações do Irmão Lucas V. Dutra, Mestre Maçom do Quadro da ARLS Presidente Roosevelt, 75, Or. de São João da Boa Vista, jurisdicionada à GLESP - Psicólogo, Professor Doutor em Psicologia, Especializado em Maçonologia (UNINTER), e-mail: dutralucas@aol.com, como também reafirma a sua responsabilidade pelo conteúdo, erros e omissões remanescentes.

² Antecipa-se: por certo que há outros.

³ Que não guardam praticamente nenhuma semelhança com as escolas contemporâneas.

bem ilustram os textos e diálogos de Platão⁴. A escrita não tinha a importância que hoje lhe é atribuída. Além disso, era habitual que a partir de um texto (ou ideias) de terceiros (conhecidos ou anônimos) fossem tecidas elaborações, críticas e aventadas novas configurações⁵; e também aqui, mais uma vez, Platão *vis-à-vis* Pitágoras⁶, constituem um bom exemplo. Vale lembrar que as obras impressas eram raras e, porque caras (cópias manuscritas⁷), só acessíveis para poucos, pouquíssimos – a elite da sociedade. E nesse ambiente, alguns copistas, com a melhor (mas nem sempre) das boas intenções, por vezes acrescentavam comentários e (supostos) esclarecimentos ao próprio corpo do texto⁸, ou seja, às suas encomendas – cópias e/ou traduções -; resultados: não só os exegetas ainda hoje se esforçam para separar o joio do trigo, como também dificilmente se encontram 2 (duas) cópias iguais a partir do original, isto quando passível de ser identificado enquanto tal. E as repercussões, historicamente, não são neutras, como bem o demonstram as interpretações atribuídas a cada Livro, capítulo ou versículo das Escrituras Sagradas, em especial a matriz judaico-cristã⁹, cujas diferenças motivaram conflitos, levaram os povos à guerra e promoveram secessões que perduram até hoje.

O problema da citação-referência como hoje compreendido só começa a ganhar forma mais definida a partir da Modernidade quando 3 (três) elementos convergem: (1) o método científico (usado desde Aristóteles¹⁰) que então ganha força e vigor; (2) a prensa de Gutenberg (séc. XV), que revoluciona o acesso à informação e ao conhecimento; e, (3) a reforma educacional promovida por I. Comenius (séc. XVII), cujos ecos, críticas e repercussões até hoje se fazem ouvir e sentir. Não se pode perder de vista, ainda, que a Modernidade é caracterizada pela emergência de grandes transformações, assim, outros elementos, como a revolução tecno-científica, a emergência dos mercados e a ideia de propriedade intelectual (direito de autor), também contribuíram para delinear a nova configuração nas relações autor-usuário. Entre outras controvérsias, foi notório o embate entre I. Newton¹¹ e G. Leibniz¹², contemporâneos na *Royal Society*, acerca da autoria primaz em relação ao cálculo diferencial-integral.

O reconhecimento da autoria, ao contrário do suposto por alguns, é matéria a ser levada a sério, sim; desde um simples, gentil e polido reconhecimento oral ou menção meritória (por vezes acompanhados de atos ricos de simbolismo)¹³, até as calorosas manifestações de prestígio nas cerimônias para a concessão de prêmios, mas também a reserva da titularidade privativa a determinados cargos e, o acesso a vultosos orçamentos para financiar estudos e pesquisas – vide, por exemplo, o clássico “O Último Teorema de Fermat”, de Singh (1998).

Todavia, paralelamente às questões históricas e legais (direito de autor) impõe-se outro motivo, de ordem mais técnica, para o registro da autoria: a característica evolutiva-cumulativa do conhecimento científico. Todo saber é dependente da trajetória evolutiva

⁴ 428-427, 348-347 a.C.

⁵ O que se observa, por exemplo, entre os Filósofos de Mileto e os pré-Socráticos (naturalistas) em geral.

⁶ Deste não restou obra escrita (o segredo, imposto às escolas iniciáticas impedia a produção de textos), mas seus discípulos, a exemplo de Filolau de Crotona (480-470; 385 a.C.) cometeram perjúrio.

⁷ Que com o adorno de iluminuras, na Idade Média, tornaram-se ainda mais caras e inacessíveis.

⁸ Hoje, genericamente denominadas interpolações.

⁹ Ora mencionadas em razão das suas conexões com a Maçonaria.

¹⁰ 384 – 322 a.C.

¹¹ 1643 – 1727.

¹² 1646 – 1716.

¹³ A exemplo da “cena das canetas” em *Uma Mente Brilhante*, filme que registra a trajetória do matemático John Nash. Entre outros disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C7c5rMKzMqQ>. Acesso em: 15.05.25.

do conhecimento que o levou à sua versão mais recente; mesmo as grandes revoluções, quando os novos paradigmas rompem com o passado, têm as suas origens a partir das insuficiências explicativas, das incoerências e das falhas encontradas nas teorias e modelos até então utilizados. Ademais, por razões de economicidade (o que inclui a premência e a escassez do tempo), como diz o ditado: “não cabe reinventar a roda” e, tampouco, “fazer mais do mesmo”; afinal, quais seriam os méritos e ganhos?

Em perspectiva ainda mais ampliada, não raro o entendimento de um fenômeno requer que as considerações se estendam aos ambientes social, político e econômico que o circunscrevem. Assim, entre as razões de ser das citações em um texto, está a de contribuir para formar o contexto, constituir a linha do tempo que conecta a versão presente do fenômeno ao momento mais antigo, pertinente e relevante ao caso em tela. Por exemplo: na Maçonaria, um dos casos mais frequentes é a referência à Fase Operativa, antes de explorar a Fase Especulativa; no caso do Regime (Rito) Escocês Retificado, tecer comentários às suas vertentes originárias geralmente antecede a análise da questão fulcral; e, por fim, antes de analisar e interpretar um determinado símbolo em particular, é habitual aludir às origens da linguagem simbólica. E como cada um desses temas já foi abordado por algum autor, é preciso então trazer ao texto (em elaboração) não só o conteúdo em si mesmo, mas também a autoria da fonte consultada, seja mediante citação direta (na forma de transcrição ou paráfrase) ou indireta (*idem*), isto é, a partir da autoria de um terceiro autor que leu, interpretou e citou o autor que originalmente era o objeto de interesse. Alguns exemplos extraídos de Pinheiro (2025a), aonde poderão ser encontradas as Referências Bibliográficas correspondentes, auxiliam no esclarecimento de eventuais dúvidas:

- citação direta-paráfrase
 - “Por exemplo, quanto às origens da Maçonaria, conforme seja lido Cooper (2009), Stevenson (2009), Preston¹⁴ (2017), Haywood (2023)¹⁵, Gould¹⁶ (2023) ou Scott¹⁷ (2023), a resposta encontrada será diferente”.
- citação direta-transcrição
 - “Nicolelis, brasileiro e um dos mais proeminentes neurocientistas da atualidade revela a fonte de um dos seus principais *insights*:
 - [...] peguei-me folheando um livro de astronomia [...] de repente deparei com uma ilustração que imediatamente capturou minha imaginação: a imagem tridimensional de fontes de rádio de um setor do universo [...] quanto mais eu inspecionava aquele gráfico, mais sentia que idêntica abordagem gráfica poderia ser aplicada ao estudo da atividade elétrica cerebral (2011, p. 155-6)”.
- citação indireta-transcrição
 - “Por oportuno, cabe lembrar o que disse Borges (*apud* ¹⁸Carvalho, 2015, p. 51): “Para compreender um único livro, é preciso ter lido muitos livros”¹⁹ [...]”.

Algumas observações oportunas:

1. dentre as modalidades de citação, a indireta, seja na modalidade transcrição ou paráfrase, é a menos recomendada. O motivo é simples e de certo modo analogado

¹⁴ 1742 – 1818.

¹⁵ Livro originalmente publicado em 1923.

¹⁶ 1836 – 1905.

¹⁷ Pseudônimo de Lucy E. Baxter (1837 – 1902).

¹⁸ *Apud* = citado, comentado por.

¹⁹ Isto é particularmente verdadeiro no caso da Bíblia, ou melhor, das Bíblias, assim como do Alcorão, textos que exigem, pelo menos, o conhecimento de História.

às interpolações da Antiguidade e do Medievo: perde-se a qualidade, a fidelidade ao texto original. Se mesmo textos à primeira vista absolutamente claros quanto ao sentido e significado atribuídos a cada palavra não escapam à interpretação do leitor (e cada um tem as suas próprias lentes de leitura), imagine-se, então, textos que em razão do estilo (uso de sujeitos ocultos, figuras de linguagem²⁰, palavras não usuais, falta de linearidade narrativa²¹, etc.) ou mesmo intencionalmente trazem em si mesmos ambiguidades e/ou mensagens nas entrelinhas. E se a essas dificuldades, das quais não se pode escapar, for adicionado um terceiro nível - o uso (via citação indireta) da interpretação atribuída por aquele que efetivamente leu o texto, mas por qualquer que seja o motivo²² o autor (que o cita) não leu – dá para imaginar o potencial dos eventuais problemas que podem ser trazidos ao texto. Em síntese: a citação indireta, por aumentar a distância entre o autor (pesquisador, escritor) e a fonte que ele desejaria consultar (mas não consultou), aumenta também o risco do emprego fora de contexto, e mesmo indevido, mas cuja responsabilidade recairá sobre o autor que optou por trazer a citação ao seu texto²³. Corolário: as questões centrais ao texto, as mais importantes, não podem (não devem) ser exploradas e tampouco estar ancoradas em citações indiretas;

2. a citação paráfrase, direta ou indireta, para que seja apreendido o sentido que se intenciona pressupõe e requer que o leitor tenha conhecimento (e entendimento) da obra citada, o que nem sempre (a bem da verdade, quase nunca) ocorre²⁴, daí porque é de bom alvitre (mas nem sempre possível²⁵) trazer esclarecimentos ao texto em elaboração. No exemplo acima (“[...] quanto às origens da Maçonaria [...]”) certamente ficaria mais claro (para o leitor), se autor tivesse esclarecido que o citado A defende a primazia da Inglaterra, já o B alinha-se à versão escocesa, enquanto que C estabelece uma linha de transmissão que conecta os *Collegia Fabrorum* aos Mestres Comacines e, desde o Lago (Ilha) *di Como*, na Lombardia (Itália), a expansão, do continente teria chegado à Inglaterra, e sempre com a decisiva atuação dos monges e da Igreja;
3. a identificação do Nome (data) é a primeira sinalização de que o autor traz ao texto um olhar desde fora, seja uma ideia, um posicionamento crítico, uma proposta, etc. Circunstancialmente a identificação se faz acompanhar de uma transcrição, também sempre duplamente destacada (ex., vide acima):
 - 3.1. pelo número da página do texto da qual foi extraída; e,
 - 3.2. pelo formato (em geral: entres aspas, itálico, negrito ou sublinhado) se o trecho transcrito for curto - até 3 (três) linhas – ou, se longo, pelo recuo do texto acompanhado da redução do tamanho da letra.

Conforme visto, não há um tipo ideal de citação, é o bom senso, a prática reiterada e sobretudo a crítica externa (de leitores qualificados ou, circunstancialmente, dos avaliadores dos Comitês Editoriais – dos periódicos ou editais) que proporcionam ao autor construir, desenvolver e ascender na sua curva de aprendizagem e, por

²⁰ Metáforas, metonímias, elipses, ironias e outras.

²¹ Você já tentou ler Nietzsche?

²² Nem sempre o texto foi traduzido para o idioma dominado, e se traduzido por vezes o preço é demasiado elevado ou as edições já se esgotaram e saíram da linha de produção, etc.; enfim, no dia a dia, o escritor não especialista frente à maioria dos casos que se apresentam recorre à fonte (ao texto) que tem à mão para consulta e citação, ainda que escrita por terceiros em relação ao autor efetivamente desejado. Todavia, um alerta: essa atitude deve ser reconsiderada a depender do veículo (em especial os periódicos acadêmicos) ao qual o texto é submetido.

²³ Já me ocorreu, por exemplo, de ter que excluir uma citação porque o revisor (do periódico) não tinha conhecimento de outras fontes que corroborassem o sentido atribuído pelo autor (pela via indireta) consultado e trazido ao texto.

²⁴ Exceto em comunidades de especialistas no tema.

²⁵ Porque fugiria ao escopo, ultrapassaria o número de páginas, por vezes rigidamente limitadas pelos editores, etc.

consequência, modular, ajustando aos casos concretos, o emprego das diferentes modalidades de citação. Oportunamente voltarei a esse assunto.

Importa ainda chamar a atenção para o fato de que as citações não se prestam apenas para trazer à narrativa a linha do tempo da trajetória de uma ideia, de um conceito, de um construto ou qualquer fenômeno, mas, sobretudo, para criar e delimitar a arena (com ideias e proponentes) aonde então se dará o diálogo argumentativo a ser promovido pelo autor. E se esse eventualmente assumir algum posicionamento, já terá em mãos as bases para fundamentá-lo, tomando assim a distância do famoso “achismo” e de uma prática usual na Ordem: a de afirmar, em caráter preventivo, por vezes até mesmo em tom de desculpas antecipadas, que “esta é a minha opinião, com todo o respeito às demais”. De regra, as meras opiniões não ocupam o tempo dos estudiosos e pesquisadores, e mesmo quando trazidas à guisa de instigação à curiosidade do investigador elas devem, em algum grau, ser ancoradas em lastros de razoabilidade lógica e da expectativa de, ainda que em data incerta, virem a ser corroboradas por evidências empíricas.

Assim, como uma derivada primeira, emerge mais um motivo²⁶ para o destaque às citações: o leitor precisa ter claro (visualmente) quando no texto é o autor quem se expressa vs quando refere às fontes consultadas, bem como identificar, para acompanhar, passo a passo, como o autor elabora o argumento (corroborando ou contestando terceiros) que, ao final, embasa o seu eventual posicionamento frente ao tema. Por certo, conforme já assinalado, que nem sempre o que se espera é o posicionamento do autor pois tudo, em última análise, depende da problematização, dos objetivos estabelecidos, da abordagem metodológica, etc., e não raro o que se pretende não é “fechar questão”, mas antes explicitar as divergências, os diferentes enfoques trazidos pelos autores consultados, identificar lacunas e abrir novas perspectivas de estudos e pesquisas, etc. Todavia, ao fim e ao cabo, o que efetivamente mais interessa é a contribuição (mesmo em forma de dúvida) trazida pelo autor, pois todo o resto o leitor poderá encontrar nas fontes (desde que, é claro, devidamente) citadas e identificadas. Assim, ao não conferir o devido destaque, o autor não só visualmente confunde o leitor, como toma para si o que não lhe pertence, e considerando que muitos trabalhos (das Peças de Arquitetura à produção competitiva submetida aos editais) proporcionam ganhos diretos para o autor (progressão de Grau, prêmios, etc.), fica evidente a violação da ética e dos códigos morais – crime de plágio, total ou parcial²⁷ - em auto proveito; comportamento agravado pela circunstância de se dar ao abrigo de uma instituição que prima e se apresenta à sociedade como um sistema de moralidade.

Como derivada segunda, é possível ainda destacar outras contribuições proporcionadas pelo manejo adequado das citações: afirmar a transparência e proporcionar as condições de reprodutibilidade do estudo (pesquisa, experimento, etc.), ambas inerentemente associadas ao empreendimento científico. Há ainda muito mais a discorrer sobre as “citações”, como, por exemplo, a qualidade e a atualidade das fontes, o ordenamento da apresentação, bem como o alinhamento das escolas (tradições) de pensamento, etc., mas exaurir o tema, agora, certamente alongaria por demais este texto, razão pela qual a ele retornarei em momento oportuno.

²⁶ Além do reconhecimento, do direito autoral e da continuidade cumulativa.

²⁷ Uma abordagem introdutória ao tema pode ser vista em “Plágio Acadêmico: conhecer para combater”, disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/plagio_academico.pdf. Acesso em: 15.05.25. O leitor mais arrojado e comprometido poderá consultar a legislação citada no texto indicado.

O leitor mais atento e que pacientemente acompanhou até aqui já deve estar angustiado: e a tal das Normas Técnicas? É sobre isso que eu quero e preciso saber! Claro que sobre elas ainda falta comentar, mas isto será visto no próximo número da série e concomitantemente com o tema das “referências bibliográficas”. Por ora, o que importa destacar é o que efetivamente mais importa: a razão de ser e o papel desempenhado pelas citações no curso da elaboração da produção intelectual escrita; as Normas, como se depreende do brevíssimo resgate histórico, vem para organizar, atualizar e padronizar o que já era uso e costume: se apoiar nos ombros de gigantes para poder enxergar mais longe – por oportuno, a frase, mais recentemente atribuída a I. Newton²⁸, salienta outra característica do empreendimento científico: a cooperação. É provável que para aqueles que bem entendem a razão de ser das citações, as Normas em si mesmas, nas entrelinhas das suas minudências, de fato passem a ser consideradas de somenos importância, mas ainda assim indispensáveis para a organização, a clareza e a elegância dos textos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PINHEIRO, Ivan A. **Sobre as lojas (maçônicas) de estudos e pesquisas - I**. Disponível em: <https://www.freemason.pt/sobre-as-lojas-maconicas-de-estudos-e-pesquisas-i/>. Publicado em: 08.04.25, acesso em 11.04.25.

_____. **Sobre as lojas (maçônicas) de estudos e pesquisas - II**. Disponível em: <https://www.freemason.pt/sobre-lojas-maconicas-estudos-pesquisas-ii/>. Publicado em: 19.04.25a, acesso em 21.04.25.

_____. **Sobre as lojas (maçônicas) de estudos e pesquisas - III**. Disponível em: ivan.pinheiro@ufrgs.br. Publicado em: 24.04.25b.

SINGH, Simon. **O Último Teorema de Fermat**. Rio de Janeiro: Record, 1998. ISBN 85-01-05006-7.

²⁸ Infelizmente, por ora, me escapa a referência, autoria e obra, na qual consta o nome do primeiro autor a formular, nestes termos, a ideia fundamental que transmite.